TABELA 2

Quotas mensais a pagar pelo beneficiário até à idade de 70 anos para assegurar o direito a legar um subsídio de 5000\$ em caso de morte:

Idade	Quota	Idade	Quota
20	6\$00	41	11\$90
21	6\$20	42	12\$40
22	6\$30	43	13\$00
23	6\$50	44	13\$60
24	6\$70	45	14\$20
25	6\$80	46	14\$90
26	7\$00	47	15\$60
27	7\$20	48	16\$40
28	7\$40	49	17\$20
29	7\$70	50	18\$10
30	8\$00	51	19\$00
31	8\$20	52	20\$10
32	8\$50	53	21\$20
33	8\$80	54	22\$50
34	9\$10	55	24\$00
35	9\$40	56	25\$60
36	9\$80	57	27\$40
37	10\$20	58	29\$50
38	10\$60	59	31\$90
39	11\$00	60	34\$80
40	11\$40	—	—

Ministério das Finanças, 9 de Junho de 1962. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 44 393

Os serviços de transportes terrestres dependentes do Ministério das Comunicações não se encontram estruturados em correspondência com as necessidades actuais e carecem, por isso, de uma reforma geral, cujo estudo será necessariamente demorado.

Tal reforma terá de abranger o Conselho Superior de Transportes Terrestres, cuja orgânica data de 1945.

Verifica-se, porém, ser conveniente promover desde já alguns ajustamentos de pormenor, nomeadamente quanto à composição do referido Conselho.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o artigo 9.º e passam a ter a seguinte redacção os artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 35 196, de 24 de Novembro de 1945:

Art. 5.º O Conselho Superior de Transportes Terrestres terá como presidente nato o Ministro das Comunicações e como presidente efectivo, por sua delegação, um engenheiro de sua livre escolha e nomeação.

§ 1.º O lugar de presidente efectivo é exercido em regime de comissão de serviço anual, que se considerará sucessivamente renovada, sem dependência de qualquer formalidade, ou em regime de acumulação de serviço.

§ 2.º Por simples despacho, pode o Ministro das Comunicações dar por finda a prestação de serviço, seja qual for o seu regime.

Art. 6.º Além dos presidentes, constituirão o Conselho os seguintes vogais, dos quais um será designado vice-presidente por despacho do Ministro das Comunicações:

- a) Um delegado da Direcção-Geral de Transportes Terrestres de categoria não inferior a chefe de repartição;
- b) Dois vogais de livre escolha do Ministro das Comunicações;
- c) Um delegado do Ministério das Finanças;
- d) Um delegado do Ministério do Exército;
- e) Um delegado do Ministério da Economia;
- f) Um delegado da Junta Autónoma de Estradas;
- g) Um delegado da Administração-Geral do Porto de Lisboa;
- h) Um delegado da Administração dos Portos do Douro e Leixões;
- i) Um delegado da Junta Central de Portos;
- j) Um delegado do Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres;
- k) Um representante de cada uma das Corporações da Lavoura, da Indústria e do Comércio, que estas indicarão;
- l) Dois representantes da Corporação dos Transportes e Turismo, a designar por esta, ouvido o Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis, devendo um ser concessionário de carreiras e o outro industrial de transportes de aluquer;
- m) Dois representantes da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, por ela indicados.

§ 1.º Por cada vogal efectivo haverá um suplente, designado pela forma para aquele estabelecida.

§ 2.º Os vogais serão nomeados pelo Ministro das Comunicações:

- 1) Sob proposta dos respectivos serviços, os referidos nas alíneas a), g), h), i) e j);
- 2) Por indicação dos Ministros das Finanças, Exército, Economia e Obras Públicas, respectivamente, os referidos nas alíneas c), d), e) e f).

§ 3.º Os vogais do Conselho exercem o seu mandato por dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 7.º Sempre que julgue conveniente, o Conselho Superior de Transportes Terrestres poderá ouvir as entidades ou organismos competentes sobre quaisquer aspectos dos assuntos submetidos à sua apreciação.

Art. 8.º O Conselho terá um secretário, de livre escolha do Ministro das Comunicações entre funcionários da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, ouvido o respectivo director-geral.

§ 1.º O funcionário assim escolhido exercerá o cargo em regime de comissão ou acumulação de serviço, conforme for determinado no acto da sua escolha.

§ 2.º Quando em comissão de serviço, ser-lhe-á contado o tempo da comissão, para todos os efeitos legais, como de efectivo serviço no lugar de que foi deslocado.

§ 3.º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá ser substituído, a título interino e durante o período que a comissão durar, por acesso de funcionários ou por livre nomeação.

Art. 10.º O Conselho reúne, ordinariamente, em sessão plenária, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for necessário, mediante convocação do Ministro das Comunicações ou do presidente efectivo, ou a pedido de um terço dos seus membros.

§ 1.º O Conselho funcionará legalmente sempre que esteja presente a maioria dos seus membros.

§ 2.º No impedimento do presidente efectivo e do vice-presidente presidirá à sessão um vogal designado pelo Ministro das Comunicações.

§ 3.º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à sessão, tendo o presidente apenas voto de qualidade.

§ 4.º Nenhum dos membros presentes a uma sessão pode abster-se de votar, sendo-lhe lícito, porém, fazer declarações ou apresentar voto em separado; neste caso o voto será lido em sessão, mas não discutido. O secretário do Conselho não tem direito de voto.

Art. 11.º Ao presidente efectivo do Conselho Superior de Transportes Terrestres compete:

- a) Orientar superiormente o Conselho segundo as directrizes que lhe forem indicadas pelo Governo e promover o perfeito cumprimento das disposições legais reguladoras da missão que lhe fica atribuída;
- b) Tomar conhecimento dos processos recebidos, fazê-los completar, se não estiverem devidamente organizados, e dar deles conhecimento sumário, sempre que possível, aos membros do Conselho antes da sessão em que deverão ser apreciados;
- c) Ordenar a convocação das reuniões plenárias e dirigir os respectivos trabalhos.

§ único. Nos seus impedimentos o presidente efectivo será substituído pelo vice-presidente.

Art. 12.º Ao secretário do Conselho compete:

- a) Secretariar as sessões, lavrando as competentes actas;
- b) Superintender no serviço de expediente, distribuindo-o pelo respectivo pessoal;
- c) Fazer as convocações e convites para as sessões;
- d) Elaborar, até ao dia 31 de Março de cada ano, o relatório do movimento do Conselho relativo ao ano anterior.

§ único. No seu impedimento o secretário será substituído pelo chefe de secção da secretaria.

Art. 14.º Os pareceres, estudos ou informações aprovados pelo Conselho serão remetidos à Direcção-Geral de Transportes Terrestres e por esta submetidos a despacho ministerial, acompanhados dos

pareceres e votos em separado que tenham sido emitidos.

Art. 15.º Todo o serviço de expediente será feito numa secção, que servirá de secretaria, sob as ordens do secretário do Conselho.

§ 1.º O pessoal desta secção será o seguinte, com as remunerações estabelecidas legalmente para as respectivas categorias:

- 1 chefe de secção;
- 1 segundo-oficial;
- 2 dactilógrafos;
- 1 contínuo de 2.ª classe.

Este pessoal pertencerá ao quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Comunicações, que será aumentado das mesmas unidades, e considerar-se-á destacado no Conselho Superior de Transportes Terrestres.

§ 2.º No orçamento da Secretaria-Geral do Ministério das Comunicações serão incluídas as verbas correspondentes ao pagamento das despesas com o pessoal e o material necessários ao funcionamento do Conselho.

Art. 16.º O presidente efectivo e o secretário terão direito a um vencimento correspondente, respectivamente, aos grupos B e F do Decreto-Lei n.º 42 046, de 23 de Dezembro de 1958, ou a uma gratificação a fixar por despacho do Ministro das Comunicações com o acordo do Ministro das Finanças, quando funcionários do Estado e desempenhem o cargo em regime de acumulação.

§ único. A gratificação é acumulável com as remunerações que o nomeado perceba pelo exercício de outras funções públicas, ficando no entanto sujeita ao limite estabelecido no Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 2.º Os vogais do Conselho presentemente em exercício manterão o seu mandato até ao fim do prazo para que haviam sido designados.

Art. 3.º Ficam revogados, no que respeita ao Conselho Superior de Transportes Terrestres, o § único do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 36 976, o § único do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 36 977 e o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 41 405, com data de 20 de Julho de 1948 os dois primeiros e de 27 de Novembro de 1957 o último.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Mário José Pereira da Silva — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Adriano José Alves Moreira — Manuel Lopes de Almeida — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.